



**ATA 1801ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, às dez horas, realizou-se a
2 milésima octingentésima primeira reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de
3 Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram
4 presentes 20 conselheiras(os), sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir
5 indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow,
6 Guilherme Luz Fenerich, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Luís Fernando de
7 Oliveira Saraiva, Maria Ermínia Ciliberti, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa
8 Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique
9 Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Livia Gonsalves Toledo, Luiz
10 Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar Pinto da
11 Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito e Sergio Augusto
12 Garcia Junior. Também esteve presente o gestor da Subsede de Assis, Edgar
13 Rodrigues, conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta ata.
14 **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as
15 justificativas de ausência das(os) demais conselheiras(os): Aristeu Bertelli da Silva,
16 Graça Maria de Carvalho Camara, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, José
17 Agnaldo Gomes, Marília Capponi, Jonathas José Salathiel da Silva, Silvio Yasui, e
18 Conselheira Ana Maria Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado na ata
19 da milésima setingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de onze
20 de abril de dois mil e quatorze. Conselheira Ana Paula Porto Noronha – está afastada,
21 pelo período de um mês, conforme registrado na ata da milésima octingentésima
22 Reunião Plenária Ordinária de dezessete de outubro de dois mil e quatorze. **II)**
23 **TABELA DE HONORÁRIOS DO PSICÓLOGO** – A conselheira Sandra Elena Sposito
24 apresenta a tabela nacional de referência de honorários já divulgada. Explica que essa
25 tabela não tem sido atualizada por conta do elevado custo que envolve a contratação
26 de uma empresa isenta nesse processo. Lembrou que a Fenapsi – Federação
27 Nacional dos Psicólogos - enviou a presente tabela às entidades que compõem o
28 Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia para atualização, mas não prosperou.
29 Joari Aparecido Soares de Carvalho cita a Lei nº 13.019/14, *que estabelece o regime*
30 *jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos*
31 *financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em*
32 *regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;*
33 *define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da*
34 *sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis*
35 *nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Valores*
36 *avultantes pagos aos profissionais serão questionados por meio desta lei.*
37 Considerações do Plenário: O plenário acorda com a importância da atualização de



38 valores nessa tabela, sobretudo a questão da identificação e da validação dos
39 procedimentos, não só para profissional que atua no âmbito privado, mas para
40 profissionais que atuam em outras instituições. O CFP e a Fenapsi lançaram uma
41 consulta pública e este CRP SP deve pensar em como qualificar esse processo em
42 São Paulo. Deve-se escolher o modelo a ser adotado: se é marcando reuniões em
43 locais de trabalho da(o) psicóloga(o) ou chamar esses profissionais ao CRP. Trata-se
44 de uma oportunidade para identificar onde estão as inovações necessárias,
45 verificando qual será o método para fazer isto. Maria Ermínia Ciliberti propõe que seja
46 resgatado o último documento sobre a Agência Nacional de Saúde, feito pelo CRP-06
47 há bastante tempo que apresenta, aproximadamente, 300 campos, agrupado por
48 áreas. Pontua-se que talvez seja necessária, também, a contratação de consultores
49 *ad hoc*. Sandra Elena Sposito sugere acolher propostas e ter ação interna dos
50 conselheiros mais apropriados desta discussão, o que pode ocorrer nas instâncias em
51 que participam: núcleos, comissões e demais coletivos, pautando em suas próximas
52 reuniões a tabela de honorários, levantando sugestões desses coletivos. O Núcleo
53 Mundo do Trabalho sistematizará as propostas organizadas como CRP SP, e a forma
54 de consulta seria através de evento (por exemplo, Roda de Conversa), para
55 determinados grupos. Em um primeiro momento se acolhe a proposta e, após, sugere-
56 se a realização de um evento maior para retransmitir as informações obtidas à
57 categoria, dando visibilidade ao produto final. Houve indicação dos seguintes
58 oficinairos: Rachel Moreira, Julieta Maria de Barros Reis Quayle e Camila de Freitas
59 Teodoro. **Encaminhamentos:** Realizar atividade no CRP em 3 etapas: 1) Oficina na
60 Sede com transmissão *on line* que servirá para qualificar o debate para as oficinas nas
61 subsedes; 2) oficinas nas subsedes que deverão reunir propostas e, 3) fechar a
62 programação, na terceira semana, com um evento na Sede, em parceria com o
63 Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – SinPsi, a partir da sistematização
64 das construções advindas das 10 regiões. A partir dessas contribuições, serão
65 selecionados consultores *ad hoc*. Antes da realização dessas atividades, é necessário:
66 a) Conferir prazo para envio de contribuições ao CFP e Fenapsi, por meio de ofício; b)
67 Resgatar o conjunto de procedimentos feitos pelo CRP SP para a ANS (Agência
68 Nacional de Saúde); c) Divulgar o processo nos canais de comunicação do CRP SP;
69 e, d) Fomentar a participação das psicólogas, psicólogos e coletivos, bem como da
70 Comissão Gestora e de Núcleos, para que acumulem ideias e enviem contribuições
71 nas atividades regionalizadas pelo Estado. Tão logo o CFP apresente a data limite
72 para envio de dados, o Núcleo Mundo do Trabalho, juntamente com a Diretoria,
73 organizará a metodologia, considerando as sugestões, e acionará o plenário por e-
74 *mail*. III) **3º PROTOCOLO FACULTATIVO DA ONU** – Gabriela Gramkow informa que
75 a Renade – Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei iniciou



76 uma campanha nacional com o objetivo de realizar ampla incidência política para que
77 o Estado Brasileiro ratifique o 3º Protocolo Facultativo da ONU, que garante que a
78 população infanto-juvenil denuncie violações cometidas pelo Estado no Comitê da
79 ONU. A ação inicial desta campanha é a coleta de assinatura de organizações -
80 estaduais, nacionais e internacionais - que atuam com a temática da defesa e
81 promoção dos direitos de crianças e adolescentes para respaldar a 'Carta Campanha
82 Ratifica Brasil', que pede essa ratificação ao Governo brasileiro e ao Congresso
83 Nacional. A conselheira submete ao crivo do Plenário a adesão do CRP SP à Carta e
84 conta que outras entidades já apoiam essa proposta. Lembra que, em fevereiro de
85 2012, o Brasil assinou um protocolo facultativo com a perspectiva de incluir crianças e
86 adolescentes na ONU como denunciadores das violações cometidas pelo Estado onde
87 vivem. Essa proposta precisa ser ratificada por, no mínimo, 10 países. Houve proposta
88 de divulgar amplamente a realização desta campanha nos meios de comunicação do
89 CRP SP, aos movimentos de Luta Antimanicomial. Deve-se, ainda, fazer articulação
90 com parceiros do campo da juventude e da criança e do adolescente. Explica que este
91 assunto não foi previamente debatido junto ao Núcleo de Criança e Adolescente tendo
92 em vista a celeridade de contemplar a demanda. Citou que a carta foi articulada
93 nacionalmente pela Rede Nacional de Defesa de Criança e Adolescentes em Conflito
94 com a Lei e que os autores são psicólogos, defensores públicos, pessoas de direito e
95 serviços da psicologia e sociais. **Encaminhamentos:** O plenário aprova a assinatura
96 do documento organizado pela Renade. Além disso, o CRP SP irá participar,
97 posteriormente, do ato de entrega, dando a devida visibilidade ao documento para o
98 Sistema Conselhos e também a outros Conselhos e entidades. Incumbe-se o Núcleo
99 de Criança e Adolescente de avaliar quais as possibilidades de participação do CRP
100 SP nessas ações; mapear todas as entidades as quais deve ser divulgada a Carta; e,
101 possível interferência no Plano Estadual do Sinase - Sistema Nacional de Atendimento
102 Socioeducativo em relação a essa temática. **IV) COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE**
103 **TÍTULO DE ESPECIALISTA - CATE – 4.1) Recomposição** - Luiz Tadeu Pessutto
104 solicitou sua saída da CATE, por motivo de saúde. **Encaminhamento:** O plenário
105 referenda a saída de Luiz Tadeu Pessutto da função de colaborador da CATE. **4.2)**
106 **Interiorização/ Regionalização da CATE** – Com relação à realização das etapas de
107 inscrição de registro de especialista nas Subsedes, a conselheira e coordenadora da
108 Comissão de Análise e Título de Especialista, Alacir Villa Valle Cruces, comenta que o
109 trabalho está sendo positivo, que todas as subsedes estão fazendo as análises, a
110 equipe técnica está em contato constante com a CATE, participando ativamente do
111 processo. A próxima reunião de alinhamento ocorrerá no próximo mês. **4.3)**
112 **Autorização de orçamento para informatização dos processos da CATE no**
113 **SISCAF (Implanta)** – Constatou-se a necessidade de sistema computadorizado para



114 otimizar os recursos e reduzir a quantidade de documentos impressos para as
115 análises de títulos de especialistas. Desse modo, sugeriu-se que conste no
116 Planejamento Estratégico verba que habilite o Sistema Implanta a fazer esse processo
117 todo e a categoria poderá enviar documentos *on line*. Nesse momento, a mesa
118 diretora manifestou entender que o pleito é importante e que dialoga com o que está
119 sendo pensado para viabilizar as tarefas do Departamento de Atendimento do CRP
120 SP, que envolve mudanças de procedimentos as quais estão sendo pensadas para
121 esse setor. A consultoria poderá fazer a avaliação técnica quanto à viabilidade de um
122 sistema único. **Encaminhamento:** Na discussão que será realizada com a consultoria
123 que irá rever os procedimentos do Setor de Atendimento, deverá ser verificada a
124 possibilidade de incluir o processo de pedido de título de especialista no Sistema
125 Implanta. **4.4) Marco Regulatório sobre Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu -**
126 Sergio Augusto Garcia Junior conta que representou o CRP SP na reunião com os
127 núcleos formadores para discutir o Marco Regulatório sobre Cursos de Pós-
128 Graduação/Especialização, ocorrida no último dia 29 de setembro, em Brasília. Alguns
129 outros CRPs também estavam presentes. Informa que, em um primeiro momento,
130 houve consenso dos presentes de que tem de ser mantido o título de especialista,
131 mas houve discussão com relação à Ação Civil Pública contra o CFP, questionando se
132 seria este o órgão que expede o título de especialistas. Dentre os encaminhamentos
133 que foram tirados, um deles é que os Regionais devem verificar com outros Conselhos
134 qual procedimento é realizado. Outro encaminhamento é que os CRPs devem
135 responder ao Ministério Público solicitando prazo para adaptação aos procedimentos.
136 A discussão é que falta um órgão no Sistema Conselhos para expedir o título de
137 especialista, que esse órgão talvez não fosse o Conselho Federal de Psicologia.
138 Mencionou-se que o CRP de Santa Catarina sistematizou um bom material. Outra
139 representante de São Paulo presente foi Vera Luiza Horta Warchavchic (Diretoria do
140 Instituto Sedes Sapientiae), que conversou com Sérgio Augusto Garcia Júnior durante
141 a reunião sobre a possibilidade de organizarem juntos esta discussão em São Paulo e
142 definir representantes para compor a discussão nacional. Alacir Villa Valle Cruces
143 relembra que Luiz Tadeu Pessutto informou, na gestão anterior, que por conta de
144 liminar judicial, o CRP não poderia negar o Título de Especialista para os psicólogos
145 que solicitarem, mesmo que estes cursos não estejam no rol de cursos validados pelo
146 CFP. O documento analisado mostra que há interesse de instituições particulares em
147 reduzir carga horária da graduação. Já foi pensado sobre diálogo com os
148 coordenadores de curso em âmbito estadual, mas em âmbito nacional ainda há dúvida
149 de como ter essa influência. Dário Henrique Teófilo Schezzi entende que há
150 necessidade de ação mais efetiva junto aos gestores públicos para tentar
151 explicar/esclarecer o rol de atuação dos psicólogos. Elisa Zaneratto Rosa pontua que



152 esta discussão está ligada a uma discussão recorrente no plenário, sobre qual o papel
153 dos conselhos profissionais nos dias de hoje e como o CRP enfrenta essa discussão
154 sem se contradizer em relação a outra defesa que este plenário faz que é em relação
155 a defesa das políticas públicas. O Ministério da Educação nunca regulou os critérios
156 de cursos de especialização, portanto a regulação é frágil, no sentido apenas de que o
157 curso de especialista tem que ser relativo à área em que o psicólogo está requerendo.
158 Quando o CRP instituiu o registro de especialista, a ideia era exatamente dar o título
159 de especialista profissional em função de alguns critérios mais claros: ter feito curso
160 com um mínimo de carga horária, com horas práticas, ou experiência na área, etc.
161 Então, a ideia era caracterizar que o psicólogo tinha uma experiência de prática
162 profissional em determinada área. Já a decisão judicial, pelo que entende, não é de
163 que o CRP deve conceder título de especialista a qualquer curso que o psicólogo
164 tenha feito da área em que ele solicita a titulação, mesmo que a instituição não seja
165 reconhecida pelo MEC. O curso de especialista tem que ser relativo à área que o
166 psicólogo está requerendo o título. Antes dessa decisão judicial, de acordo com a
167 Resolução do CFP, ele deveria ter feito um curso credenciado pelo CFP que
168 atendesse aos critérios da Resolução. Qualquer curso que o psicólogo tenha feito na
169 área para a qual solicita o título em instituição reconhecida pelo MEC. Porém, a carga
170 horária de aulas práticas não influencia. O que precisamos acertar é que para
171 concedermos o registro, o curso deve ser na área em que o psicólogo está requerendo
172 o título. Com a discussão do Marco Regulatório, entendemos que o MEC está
173 tentando regular critérios para concessão desse título, quais são os parâmetros para
174 que reconheçamos cursos como cursos de especialização. A discussão que está
175 posta é que entramos em outro lugar como conselho. Ao invés do CRP regular qual
176 curso dá título de especialista, se torna uma espécie de camara consultora do MEC.
177 Mas entende que essa mudança aponta para uma Política Pública. Assim como
178 defendemos não realizar exame de proficiência, pois defendemos que deve ter uma
179 política pública de avaliação do ensino superior e temos que pensar como nos
180 posicionamos neste processo, uma vez que existe uma política que é pública e é
181 participativa. Na mesma lógica, em relação aos cursos de especialização, a
182 conselheira Elisa Zaneratto Rosa entende que o CRP-SP deve apoiar o Marco
183 Regulatório, bem como participar deste processo. Cita que isso é urgente. Depois da
184 reunião com os núcleos formadores, houve uma reunião entre o Conselho Federal de
185 Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e o Conselho
186 Nacional de Educação, na qual o Conselho Nacional decidiu adiar a votação do Marco
187 Regulatório, para que pudéssemos continuar a discussão. Neste sentido, seu
188 entendimento é de que o CRP SP está atrasado em relação a esta discussão, uma
189 vez que foi para a reunião em Brasília sem, ao menos, conhecer o texto proposto para



190 o Marco Regulatório. Como encaminhamento, sugere que a Comissão de Análise de
191 Título de Especialista se aproprie do texto. Citou-se que foi realizado, em janeiro,
192 concurso da PMSP e houve muitas críticas por parte da categoria sobre o porquê do
193 título do CRP SP não pontuar para esse concurso. O plenário fez, então, alguns
194 apontamentos: **a)** Necessidade de pensar no modo de enfrentamento ao debate do
195 papel dos Conselhos, sem entrar em contradição em relação à defesa das políticas
196 públicas; **b)** Ao instituir registro de especialista, a ideia era caracterizar de fato que a
197 pessoa tinha uma especialização de prática profissional em determinada área; **c)** Pela
198 Resolução do CFP, o curso de especialista tem que ser relativo à área em que
199 psicólogo está pedindo o título. Com a decisão judicial, qualquer curso feito na área,
200 de instituição reconhecida pelo MEC, deve servir para conceder o título de especialista
201 para o psicólogo, independente de sua carga horária; **d)** Com a discussão do marco
202 regulatório, o MEC quer regular parâmetros para reconhecer diversos cursos, inclusive
203 cursos de especialização. Os CRPs, ao invés de regularem o título, se tornarão uma
204 espécie de Câmara Regulatória do MEC. A mudança aponta para essa política pública
205 e é preciso pensar em como participar deste processo; **e)** Defende-se a posição de
206 que o CRP SP deveria apoiar o marco regulatório do MEC e participar deste processo.
207 Com a discussão do marco regulatório, o MEC está querendo estabelecer critérios
208 para o reconhecimento dos cursos de especialização, mesmo processo realizado para
209 as residências. **4.5) Solicitação de inclusão de pontuação de títulos em concursos**
210 - Sandra Elena Sposito faz referência à solicitação da categoria ao CRP SP de que o
211 título de especialista também seja pontuado nos concursos públicos. Posiciona-se
212 que a princípio seria contra essa pontuação, pois entende que o CRP SP fazer
213 qualquer solicitação aos gestores públicos seria uma interferência direta no mercado
214 de trabalho e interpretado como se o CRP SP defendesse que o profissional mais
215 preparado seria aquele com a especialização. Seria uma defesa à meritocracia.
216 Apresenta dúvida em relação à intervenção ou não do CRP nessa situação. Retoma à
217 fala do conselheiro Dario Henrique Teofilo Schezzi acerca do diálogo com os gestores
218 públicos sobre as características da Psicologia, nas áreas de atuação em que os
219 concursos serão definidos, o que pode gerar contratações genéricas, com psicólogos
220 que atuam desde a área de Recursos Humanos até atendimento no CRAS, em
221 municípios pequenos, por exemplo. Pondera que o CRP SP poderia formular uma
222 orientação aos gestores que pretendem abrir concurso, como as referências que já
223 produzimos. Quando observamos alguma incongruência nos Editais de concurso
224 (cargos que poderiam ser ocupados por psicólogos e que não é previsto no Edital,
225 quando alguns critérios estão mal explicados), pedimos retificação utilizando como
226 argumentos essas referências. O resultado dessas solicitações que temos feito tem
227 sido positivo. Assim, pondera o cuidado necessário em se solicitar que os concursos



228 pontuem, pois aos poucos, os gestores vão incorporando. A conselheira Elisa
229 Zaneratto Rosa pondera que essa é uma discussão ampla sobre título de especialista,
230 questionando se na medida em que o MEC regula os cursos, o CRP SP não precisaria
231 mais conceder título de especialista. Ela mesma tem dúvidas, pois entende que são
232 coisas distintas ter o curso de especialização e ter o título de especialista. Não
233 fazíamos apenas a regulação do curso de especialização, pois também há títulos de
234 especialistas oriundos da prática profissional ou através de uma prova. Portanto,
235 entende que esta discussão está casada com a discussão sobre o sentido do título de
236 especialista. Entende ser uma discussão muito complexa a da discussão da
237 pontuação em concursos, pois já existe pontuação para aqueles que fizeram
238 mestrado, doutorado ou algum curso. Assim, entende que a dimensão citada de
239 privilegiar algumas pessoas por terem título, está dentro da própria lógica do concurso.
240 Para ela, seria mais importante alguém com título de determinada área ter pontuação
241 em concurso, quando concorrendo à vaga relativa a essa especialização, do que
242 alguém com mestrado. Entende que mestrado deveria pontuar para inserção
243 acadêmica e não para prática profissional. Assim, considerando que há pontuação
244 para mestrados e doutorados, defende que o curso de especialista também pontue.
245 Joari Aparecido Soares de Carvalho pondera que essa discussão tem relação com as
246 políticas públicas. Na década de 1990, o debate era pelo fim do concurso público, mas
247 nos anos 2000 voltou-se a defender os concursos e com isso, o perfil do trabalhador
248 que se pretendia no serviço público, o que recai sobre a especialização. Assim,
249 concorda com Dário Henrique Teófilo Schezzi no que diz respeito à importância dos
250 gestores terem maior compreensão sobre os critérios, para que tenham clareza sobre
251 o que estão pontuando: valorizando a prática, a vivência acadêmica, etc. Elisa Z. Rosa
252 cita que o Decreto que regulamenta a Lei que cria os conselhos diz que “os registros
253 serão feitos nas categorias psicólogos e psicólogos especialistas”. Alacir Villa Valle
254 Cruces concorda que se trata de uma discussão mais profunda sobre a questão dos
255 títulos, sobre a possível defesa ou não de pontuar em concursos. Regiane Aparecida
256 Piva comenta que o título de especialista pelo Conselho Federal é muito burocrático.
257 Em geral, as psicólogas (os) utilizam o título para divulgar nos meios de divulgação
258 que utilizam. Para ela, quando damos um certificado de especialista e cobramos que o
259 mesmo seja aceito e pedido no mercado de trabalho, estamos como que atestando
260 que aquele profissional é realmente especialista, principalmente em relação a esta
261 questão. Comenta também que há cursos de determinada área, que quando
262 requerido o título, são atribuídos à outra área, citando como exemplo um curso de
263 especialização que fez na área hospitalar, mas que se solicitar o título, receberá de
264 especialização em psicologia clínica. Comenta ainda que esta gestão do CRP defende
265 uma Psicologia para o Brasil e não somente do estado de São Paulo, que está com o



266 mote do Dia do Psicólogo de “Psicologia todo dia em todo lugar”, mas entende que em
267 São Paulo os psicólogos ainda não têm acesso a cursos de especialização bons,
268 reconhecidos Cita que um psicólogo(a) que seja de uma cidade pequena e afastada,
269 não tem acesso aos cursos de especialização bons que têm quem está na cidade de
270 São Paulo ou na região metropolitana. Sandra Sposito comenta que historicamente,
271 quando o título de especialista foi regulamentado, havia uma discussão crítica dentro
272 da própria categoria e do grupo político que eram contrários porque iria criar um
273 mercado de cursos de especialização e haveria segmentação no mercado de trabalho
274 que poderia adiar e dificultar promoções. O mercado de cursos foi criado e é com esse
275 mercado que estamos dialogando através das discussões do Marco Regulatório e
276 esse mercado sempre reclamou dos critérios rígidos que o CFP estabeleceu para dar
277 autorização para dar o curso. O formulário proposto pelo CFP para credenciamento de
278 cursos de especialista é extremamente rígido, pois é calcado em critérios que não são
279 os financeiros, mas da qualidade de ensino e, portanto, poucos cursos conseguiam se
280 enquadrar. A crítica que se tinha era de se criar um mercado dos cursos de
281 especialização e criar um segmento no mercado de trabalho que vai dificultar a
282 inserção das(os) psicólogas(os) neste mercado. Então, nessa discussão, o Conselho
283 precisou regulamentar, de forma a garantir a qualidade dos cursos e o mercado foi se
284 posicionando de acordo com os critérios calcados na qualidade do curso. Agora,
285 quando defendemos que a categoria pode reclamar que os cursos de especialização
286 pontuem nos concursos, estamos esquecendo o início dessa discussão, porque, até
287 então, não queríamos intervir no mercado de trabalho. Naquele momento histórico, o
288 Sistema Conselho decidiu que o CRP não iria se ausentar de regulamentar, e assim,
289 acompanhar, dentro do que a legislação nos permite intervir. Agora, definir que os
290 títulos de especialistas emitidos pelo CFP sirvam para pontuar em concursos é
291 intervir muito diretamente no mercado de trabalho. Diz que entende que a conjuntura
292 mudou, o espaço de interlocução com a categoria era diferente. Pondera que, como
293 Joari Aparecido Soares de Carvalho citou, não havia concurso naquela época, nos
294 dias atuais, há muitos concursos. Gabriela Gramkow pontua que se sente
295 contemplada com a fala de Sandra Elena Sposito, que traz o histórico desse assunto e
296 acrescenta que, além da questão do mercado de trabalho, tem também a ver com a
297 questão da formação generalista, que a especialização fragmenta. Mas então, com a
298 realidade da pontuação de título de especialista, é natural o movimento da categoria
299 de cobrar que também pontuem. O que é necessário definir neste momento é se
300 vamos investir no movimento de reconhecimento desse título, que tem incidência nos
301 concursos, mas que pode ter incidência em outros espaços também. Propõe como
302 encaminhamento investir energia no diálogo com o MEC para marcar posicionamento,
303 que tem a ver com nosso posicionamento daquele período em que se criou o título de



304 especialista e, após avançar no debate sobre o marco regulatório, repautar esse tema.
305 Moacyr Miniussi Bertolino Neto aponta preocupação de que a experiência do
306 trabalhador, muitas vezes de muitos anos, não seja considerada para os concursos
307 públicos. Defende inclusão da experiência profissional e entende que se deve pensar
308 em como são feitas as especializações também de mestrado e doutorado. Lembra-
309 se também que o CFP realizará o IX Concurso de Provas e Títulos de Especialista em
310 Psicologia e seu registro, nas especialidades: Clínica, Esporte, Trânsito, Escolar e
311 Educacional, Jurídica, Organizacional e do Trabalho, Social, Psicomotricidade,
312 Psicopedagogia e Neuropsicologia. As provas serão realizadas em todas as capitais
313 brasileiras. As inscrições terão início no dia 6 de outubro e encerrarão no dia 6 de
314 novembro de 2014 e podem ser feitas no site www.quadrix.org.br. As provas serão
315 realizadas, provavelmente, no dia 07 de dezembro de 2014. Havia também um acordo
316 de fazer concurso de Psicologia Hospitalar durante o Congresso da SBPH em 2015.

317 **Encaminhamentos:** 1) A discussão do marco regulatório, na medida em que interfere
318 na regulação dos critérios dos cursos, reacende o debate para a concessão do título
319 de especialista. A discussão deve continuar em muitos aspectos: o CRP SP precisa
320 discutir o seu conteúdo e, para tanto, a Comissão de Análise para concessão de Título
321 Profissional de Especialista deve se apropriar do texto e pensar um método da
322 discussão, ponderando o diálogo com instituições formadoras em São Paulo,
323 apresentando sua proposta na próxima plenária. A CATE, via Departamento de
324 Secretaria, deve pedir oficialmente ao CFP informação sobre o prazo e a versão final
325 do texto, com urgência. 2) Em relação à titulação de concursos, solicita-se a equipe de
326 funcionários do CRP SP que faça análise de editais de concursos, relativa à prova de
327 títulos, compilando em documento como os editais estão pontuando neste quesito,
328 para que este plenário possa avançar. É preciso iniciar pela análise da Psicologia e,
329 após, avançar também para outras áreas. O NMT acompanhará este levantamento
330 junto à equipe técnica. 3) À CATE pede-se para levantar junto a outros Conselhos
331 Profissionais se possuem estas informações sobre a pontuação em concursos. 4)
332 Sobre o IX Concurso de Provas e Títulos de Especialista em Psicologia, que será
333 realizado pelo CFP, demanda-se a CATE para que analise o edital para verificar se
334 está de acordo, para que seja possível verificar se deverá ser divulgado. Necessário
335 conferir se o CFP incluiu no concurso a Psicologia Hospitalar (para tratar do congresso
336 da SBPH), conforme havia sido acordado: realizar o concurso de Psicologia Hospitalar
337 durante o Congresso da SBPH. Após análise do edital, a CATE posicionará sobre
338 divulgação imediata ou não do material. 5) Será pauta da próxima plenária a questão
339 da pontuação em Concursos Públicos de Provas e Títulos de Especialista em
340 Psicologia. **V) COMISSÃO DE ÉTICA** – Foi relatada a dificuldade para obtenção de
341 quórum nas plenárias éticas. **Encaminhamento:** O conselheiro Luís Fernando de



342 Oliveira Saraiva enviará por e-mail, com celeridade, a relação de quem já manifestou
343 que poderá ou não compor quórum para as plenárias éticas da próxima semana. **VI)**
344 **ANÁLISE DE PROJEÇÃO FINANCEIRA TERCEIRIZAÇÕES - PCCS** – A conselheira
345 tesoureira Gabriela Gramkow comenta sobre a avaliação do impacto financeiro que
346 terá a implementação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS se for
347 assinado da forma como foi aprovado na plenária extraordinária de 10 de outubro de
348 2014. Entende que talvez seja necessário reavaliar o posicionamento daquela
349 plenária: a implantação do PCCS, somente com os cargos atuais, causará um
350 aumento de 0,45% com a folha de pagamento. Em 2014, o valor orçado para
351 despesas com a folha de pagamento era de 52,55%, e com a aplicação do PCCS
352 passaria, portanto, a 53%. O impacto na folha de pagamento dos cargos e alterações
353 aprovadas na plenária extraordinária seria o seguinte: custo com os cargos atuais:
354 0,45%; ouvidor: 1,05%; Assessor Especial: 1,05%; 2 Assessores nível 1 (1º e 2º
355 Advogados): 1,72%; Assessor para atendimento: 0,72%; Incorporação do Serviço de
356 Limpeza ao quadro de funcionários (15 funcionários): 2,10%; Ajuste do salário mínimo
357 para o serviço de limpeza em conformidade com o padrão CRP: 0,34%; O vale
358 refeição passaria de R\$220,00 para R\$682,00; a cesta básica passaria de R\$80,00
359 para R\$328,00 para os funcionários incorporados dos serviços de limpeza: o que
360 resulta em um acréscimo de 0,60% na folha; Convênio Médico básico para os
361 funcionários incorporados do serviço de limpeza: 0,09%; Jornalista: 0,62%; Cientista
362 Social: 0,62%; Gratificação para assistentes de coordenação: 0,20%. Durante a
363 plenária extraordinária, falou-se que o gasto com a contratação por CLT dos serviços
364 de limpeza seria de 2,1%, porém, é necessário somar também o ajuste do salário
365 mínimo, o custo com vale refeição e cesta básica e do convênio médico. Fazendo
366 essa soma, o impacto real na folha de pagamento com a incorporação da limpeza ao
367 quadro de funcionários seria de 3,13%. Todos os cargos aprovados na plenária
368 extraordinária elevariam a folha de pagamento para 62,09% do orçamento, mas
369 alguns foram aprovados para criação do cargo, e não para imediata contratação. Os
370 cargos aprovados para contratação/incorporação imediata foram: assessor
371 atendimento - 0,72%; incorporação de 15 funcionários do serviço de limpeza (que
372 deixariam de ser terceirizados) - 3,13%; e gratificação de assistentes de coordenação
373 - 0,20%, além do aumento de 0,52% na folha de pagamento do quadro de pessoal
374 atual – o que significa 57,05% (do orçamento de 2014); 1% a mais do que foi dito
375 durante a plenária, fazendo o cálculo considerando 2,5% de aumento entre as faixas
376 salariais. A diretoria expõe que considera esse valor muito próximo aos 60%, limite de
377 gasto com folha de pagamento, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
378 Atualmente, a folha de pagamento representa 52,55% das receitas. O Gerente Geral,
379 Diógenes Pepe, explica que o aumento da folha de pagamento, significa retirar esse



380 montante de aumento do valor orçado para as ações políticas. Pela previsão de
381 orçamento para 2015, o valor gasto com folha de pagamento significaria 55% somente
382 com a inclusão dos cargos aprovados para este momento. Neste caso, o valor
383 destinado às ações políticas passaria de 26% para 22% em 2015, o que significa
384 cerca de R\$ 200.000 reais a menos, no próximo ano, destinados a este fim. Há
385 também que se pensar na possível redução da carga horária dos psicólogos para 30
386 horas semanais. Em números brutos, o número de horas trabalhadas que diminuiria
387 significaria a jornada de trabalho de outros 6 assistentes técnicos trabalhando 30
388 horas por semana. A contratação de mais 6 ATs equivale ao custo de R\$700.000 a
389 mais ou 3,2% a mais por ano. Havia sido aprovada a decisão de que a prioridade era
390 deixar de terceirizar o serviço de limpeza, mas foi pedida análise mais detalhada para
391 ver o que isso realmente significaria financeiramente. Outra questão: horas da
392 limpeza: no serviço que temos hoje, alguns trabalham 40 horas e outros 24. Quando
393 forem incorporados, todos deverão ter a mesma carga horária. Luís Fernando de
394 Oliveira Saraiva expõe que entende que a decisão tomada sobre a parte de
395 incorporação do pessoal da faxina, pensando administrativamente, foi muito
396 irresponsável. O plenário tem demandando cada vez mais o corpo técnico, e que a
397 demanda de aumento do corpo atual já existe com a atual jornada de trabalho, e com
398 a redução da carga horária, essa situação se agravaria. Defende a contratação dos
399 funcionários da limpeza, mas administrativamente não é viável. Outra questão que é
400 levantada é que o que consta no PCCS, não pode ser ocupado por livre provimento.
401 Luís Fernando de Oliveira Saraiva defende que só se mantenha a coordenação, e que
402 considera ruim não poder incorporar um advogado, neste momento. Luiz Eduardo
403 Valiengo Berni questiona se o previsto para ser gasto com ações políticas é
404 efetivamente gasto. Diógenes Pepe explica que, historicamente, orça-se mais do que
405 se gasta com as ações políticas, mas que já houve ano em que o gasto com ações
406 políticas superou o orçado. Luiz Eduardo Valiengo Berni entende que, nesse caso, o
407 impacto que esse aumento significaria para as ações políticas não era muito grande.
408 Regiane Aparecida Piva questiona o cálculo sobre as Assistentes Técnicas, pois foram
409 somadas as das subsedes e, portanto, haveria sobra de ATs em algumas Subsedes e
410 falta em outras, em caso de contratação. Defende a incorporação da limpeza, que é
411 uma pauta e ação política do Conselho. Maria Ermínia Ciliberti, sobre o CREPOP,
412 entende que os cargos técnicos devem ser da estrutura do conselho, não há
413 necessidade de serem cargos de livre provimento. A equipe técnica deveria ser
414 chefiada pelo coordenador e, no máximo, por mais um supervisor. Sobre a questão de
415 salário, não há motivos, pela estrutura e demanda atual do CRP, que justifiquem o
416 salário do coordenador técnico do CREPOP ser maior do que o das(os) Assistentes
417 Técnicas(os), e defende que o CREPOP deve ser incorporado ao sistema do CRP. A



418 estrutura do setor deveria ser composta por dois cientistas sociais, mais um
419 coordenador técnico. Joari Aparecido Soares de Carvalho entende que as contas
420 estão sendo feitas de forma elementar, que o balanço é mais complexo. Portanto, o
421 impacto pode ser maior do que está sendo apresentado. Em relação à aplicabilidade
422 do que foi definido na última plenária, terá que ser revista, acreditando que o plenário
423 deverá tomar uma decisão extremamente conservadora. Registra que estão a poucos
424 dias do IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão - IV CBP, e que a
425 plenária ainda não fez discussão sobre esse Congresso. Elisa Zaneratto Rosa
426 comenta que estava contente com a ideia de incorporar os profissionais da limpeza,
427 mas sentiu-se aflita em relação ao que pode ficar de legado dessa gestão, em relação
428 às contas, com a possibilidade de estourar a folha de pagamento. Entende que subir a
429 folha para 56,13% é muito complicado, pois, após a incorporação pelo PCCS, estes
430 cargos não poderão mais ser terceirizados. Que, apesar de ser contra essa questão
431 de terceirização, administrativamente, é complicado não ter essa prerrogativa. A
432 incorporação do Cientista Social não compromete o custo com a folha de pagamento,
433 pois atualmente paga-se um valor superior por um Assessor Técnico, e que essa
434 função é importante inclusive para ajudar no planejamento das ações. Gabriela
435 Gramkow defende que sejam prudentes na decisão. Faz um histórico do aumento das
436 anuidades e do aumento das anuidades ao logo dos últimos oito anos. Que a greve
437 vivida no ano anterior foi uma situação desconfortável, mas que eles precisavam
438 pensar do ponto de vista de gestor. No acumulado dos últimos oito anos, as anuidades
439 subiram 52,3%; enquanto a folha de pagamento subiu 70,1%. Gabriela entende que,
440 nesse momento, é inviável lidar com a exclusão da terceirização. Sandra Elena
441 Sposito comenta que a postura política não é pessoal, é do grupo político. Para ela, os
442 dados financeiros apresentados estão flutuantes e o que o que tinha sido decidido era
443 com base nas posições políticas. Entende que se é discutido como se a máquina
444 fosse engessada, que funcionários não fossem se aposentar, que não fosse possível
445 alterar a estrutura de acordo com a evolução/modernização dos métodos. O que está
446 se discutindo, a respeito da incorporação do serviço de limpeza é continuar a
447 terceirizar um serviço que tem condições de trabalho, hoje, análogo a escravo.
448 Questiona o motivo de não se pensar em terceirizar o ouvidor ou jurídico, por exemplo,
449 e comenta que não se fala em modernização dos processos de trabalho. Entende que
450 a questão da terceirização é uma defesa política deste plenário e, portanto, gostaria
451 de mais subsídios para que se continue essa discussão ou que sejam mantidas as
452 decisões tomadas anteriormente. Não compreende o porquê da necessidade de se
453 tomar uma decisão neste momento, trabalhando em uma lógica preditiva que indica
454 algo que não há como ter certeza, baseando-se nos dados flutuantes apresentados.
455 Reforça que não estão sendo considerados os funcionários que se desligam da



456 empresa e que isso também tem impacto. Moacyr Miniussi Bertolino Neto apresenta a
457 mesma preocupação que Elisa Zaneratto Rosa e pondera que os sonhos e as
458 vontades políticas desta gestão nem sempre são possíveis. Luís Fernando de Oliveira
459 Saraiva concorda com Sandra Elena Sposito, no sentido de que não se trata de
460 defesas pessoais e sim do coletivo, mas que, lidando com o dia-a-dia da autarquia, é
461 possível notar que essas mudanças que são faladas, na prática, são difíceis de
462 ocorrer. Para ele, há decisões da plenária que estão amarradas há meses. Elisa
463 Zaneratto Rosa pondera que isso está relacionado à discussão da plenária do dia
464 anterior. Que há limite de realização das ações pelo local que é ocupado. Que há uma
465 parte da projeção futura que era esperado que viesse melhor projetada pela
466 assessoria, mas que não veio. Luís Fernando de Oliveira Saraiva esclarece que
467 ajustes, após a aprovação do PCCS, podem ser feitos. Assim, mediante alteração
468 dessa proporção referente a arrecadado em relação ao gasto em folha de pagamento,
469 é possível fazer o acréscimo de outros cargos que se queira. Para Joari Aparecido
470 Soares de Carvalho, terá que ser feita uma discussão mais profunda sobre a
471 capacidade de arrecadação do Conselho, que é desse modo que será possível fazer
472 uma projeção melhor das ações políticas. Dario Henrique Teófilo Schezzi reforça que
473 se tiver que fazer cortes, que sejam em todos os níveis, não somente nos cargos mais
474 baixos. E que se feche o PCCS nesta plenária, pois o processo foi muito moroso e há
475 clamor tanto dos trabalhadores, quanto do plenário, pela sua finalização. Gabriela
476 Gramkow sugere como encaminhamento que se invista na análise para subsidiar
477 decisões futuras sobre o PCCS. O caso trazido referente à terceirização da faxina
478 deve-se ao fato de ser o que foi aprovado em plenária que trará impactos imediatos.
479 Os outros cargos podem ser incluídos e não serem imediatamente contratados. O que
480 podemos fazer, no caso da não incorporação da limpeza neste momento, é lutar por
481 melhores condições de trabalho para os trabalhadores terceirizados contratados para
482 esta autarquia. Defende que somente se aumente a folha do quadro atual de
483 funcionários e a gratificação da coordenação, e que se defenda melhores condições
484 de trabalho, junto à empresa contratada para os serviços de limpeza. Os demais
485 cargos devem ser aprovados, mas com a ressalva de que não seja para contratação
486 imediata. Elisa Zaneratto Rosa defende a proposta de Gabriela Gramkow. Acrescenta
487 que não se incorpore imediatamente, mas que seja prevista a contratação de cientista
488 social, pois hoje o cargo é ocupado por um Assessor, cujo custo é superior ao do
489 cargo a ser criado. Que mantenha os outros cargos como Assessoria. Também
490 defende ação imediata em relação às condições de trabalho dos funcionários
491 terceirizados e que se faça estudo detalhado para que no futuro seja possível reavaliar
492 a inclusão dos terceirizados. Com isso, entende que a assinatura do Acordo Coletivo
493 de Trabalho deve ser imediata. Sandra Elena Sposito posiciona-se pela aprovação da



494 incorporação dos profissionais por CLT. Como não se chegou a consenso, o plenário
495 abre votação. A proposta apresentada pela conselheira tesoureira, Gabriela Gramkow,
496 obtém 10 votos e a proposta apresentada por Sandra Sposito obtém 6 votos, sendo
497 que houve uma abstenção. **Encaminhamento:** O PCCS está aprovado, conforme
498 deliberação da 1797ª Plenária Extraordinária, sofrendo alteração na deliberação
499 acerca da incorporação do serviço de limpeza ao quadro de funcionários contratados
500 pela Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de que os mesmos permanecerão
501 como terceirizados, referendando-se a correção do quadro atual de funcionários e o
502 bônus para a coordenação. O cargo de Cientista Social será previsto no PCCS,
503 embora não para incorporação imediata. O plenário define que apenas deverá constar
504 a quantidade de votos para cada proposta apresentada, sem constar os nomes dos
505 votantes. **VII) ORÇAMENTO 2015** – Gabriela Gramkow expõe a necessidade de que
506 seja aprovada a proposta orçamentária para o exercício de 2015 do CRP SP. A
507 proposta precisa ser encaminhada ao Conselho Federal de Psicologia. A proposta da
508 Diretoria é que o valor da anuidade passe a R\$368,25 (trezentos e sessenta e oito
509 reais e vinte e cinco centavos). Relata os valores relativos ao orçamento: Receitas -
510 Receita de contribuição no valor de R\$ 31.543.293,21 (trinta e um milhões, quinhentos
511 e quarenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e um centavos,
512 equivalente a 51,18% do orçamento; outras receitas correntes no valor de R\$
513 16.573.497,90 (dezesseis milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e
514 noventa e sete reais e noventa centavos), equivalente a 26,89% do orçamento;
515 Receitas Patrimoniais no valor de R\$1.769.150,00 (um milhão, setecentos e sessenta
516 e nove mil, cento e cinquenta reais), equivalente a 2,87%; Receitas de Serviço, no
517 valor de R\$254.454,07 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e
518 quatro reais e sete centavos), equivalente a 0,41% do orçamento; Superávit dos anos
519 anteriores relativo a crédito destinado a imóveis, no valor de R\$10.960.000,00 (dez
520 milhões, novecentos e sessenta mil), equivalente a 17,78% e crédito destinado a
521 reserva no valor de R\$533.017,24 (quinhentos e trinta e três mil de dezessete reais e
522 vinte e quatro centavos). Totalizando a Receita Bruta de R\$61.633.412,42 (sessenta e
523 um milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e dois
524 centavos). Deduções: Inadimplência referente aos anos anteriores totalizam
525 R\$13.645.880,89 (treze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e
526 oitenta reais e oitenta e nove centavos), equivalente a 22,14%; Inadimplência
527 referente ao ano corrente totalizam R\$7.742.150,76 (sete milhões, setecentos e
528 quarenta e dois mil, cento e cinquenta reais e setenta e seis centavos, significando
529 12,56%; Cota Parte CFP – R\$5.396.642,71 (cinco milhões, trezentos e noventa e seis
530 mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), equivalente a 8,76%;
531 Contribuições a conta divulgação – R\$1.349.160,68 (um milhão, trezentos e quarenta



532 e nove mil, cento e sessenta reais e sessenta e oito centavos), equivalente a 2,19%;
533 Fundo de Seções Estaduais no valor de R\$288.540,72 (duzentos e oitenta e oito mil,
534 quinhentos e quarenta reais e setenta e dois centavos), equivalente 0,47%; Devolução
535 de anuidades no valor de R\$115.740,86 (cento e quinze mil, setecentos e quarenta
536 reais e oitenta e seis centavos), equivalente a 0,42%; Tarifa bancária sem anuidade no
537 valor de R\$256.756,50 (duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis
538 reais e cinquenta centavos), equivalente a 0,19%; PASEP no valor de R\$117.362,94
539 (cento e dezessete mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro
540 centavos), equivalente a 0,42%. O total de deduções foi de 28.912.236,05 (vinte e oito
541 milhões, novecentos e doze mil, duzentos e trinta e seis reais e cinco centavos),
542 equivalente a 46,91% das Receitas Brutas. O total das receitas líquidas foi de R\$
543 32.721.176,37 (trinta e dois milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e setenta e
544 seis reais), equivalente a 53,09% do total de receitas. A receita operacional líquida é
545 referente à Receita Líquida de R\$32.721.017,24 (trinta e dois milhões, setecentos e
546 vinte e um mil, cento e setenta e seis reais), retirando-se o superávit de
547 R\$11.493.017,24 (onze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, dezessete reais e
548 vinte e quatro centavos), totalizando R\$ 21.228.159,13 (vinte e um milhões, duzentos
549 e vinte e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e treze centavos). Despesas: com
550 Pessoal Civil no valor de R\$11.736.294,16 (onze milhões, setecentos e trinta e seis
551 reais, duzentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos), equivalente a 35,87%;
552 com Apoio Funcional no valor de R\$3.791.962,80 (três milhões, setecentos e noventa
553 e um mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), equivalente a
554 11,59%; com Investimentos e inversões, pela Assembleia Orçamentária -
555 R\$10.960.000,00 (dez milhões, novecentos e sessenta mil reais), equivalente a
556 33,50%; com Investimentos e inversões do ano corrente no valor de R\$566.060,00
557 (quinhentos e sessenta e seis mil e sessenta reais), equivalente a 1,73%; com Ações
558 Políticas gerais no valor de R\$4.577.065,26 (quatro milhões, quinhentos e setenta e
559 sete mil, sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos), equivalente a R\$13,99%; com
560 Ações Políticas – Projetos Subsedes no valor de R\$556.976,91 (quinhentos e
561 cinquenta e seis reais, novecentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos),
562 equivalente a 1,70%; com reserva de contingência no valor de
563 R\$533.017,24 (quinhentos e trinta e três mil e dezessete reais e vinte e quatro
564 centavos), equivalente a 1,63%. O Total das Despesas é de R\$32.721.176,37 (trinta e
565 dois milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e setenta e seis reais e trinta e sete
566 centavos). Explica-se que com pessoal civil já foi considerado a implantação do
567 PCCS, e portanto, 2,5% de acréscimo a folha de pagamento atual, a assessoria do
568 Departamento de Atendimento e a gratificação assistentes de coordenação. A Receita
569 operacional líquida efetiva é de R\$21.228.159,13 (vinte e um milhões, duzentos e vinte



570 e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e treze centavos) e com pessoal civil é de R\$
571 11.736.294,16 (onze milhões, setecentos e trinta seis, duzentos e noventa e quatro
572 reais e dezesseis centavos), relação de 52,29%. **Encaminhamento:** O plenário
573 aprova a proposta orçamentária. **VIII) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015** – A
574 conselheira Elisa Zaneratto Rosa explica que já foi encaminhado o material de
575 subsidio para a realização da oficina de capacitação. O planejamento ocorrerá nos
576 dias 14/11, à noite e 15 e 16/11, o dia todo, no Hotel Jaraguá, Centro, São Paulo. A
577 diretoria já realizou duas reuniões com os facilitares do Planejamento Estratégico. Há
578 duas outras agendadas para dia 27 de outubro e 03 de novembro, à noite. A Diretoria
579 necessita do auxílio de mais pessoas para este processo, considerando que Gabriela
580 Gramkow não poderá estar no PE e será necessário um mediador em cada grupo. A
581 oficina viabilizará aos presentes organizarem projetos maiores que traduzam o projeto
582 político desta gestão e não se pautarem em fazer ações no aspecto micro. O PE é
583 aberto a todas(os) as(os) conselheiras(os) e gestoras(es), mas cada Comissão
584 Gestora poderá avaliar a necessidade de todos virem ou não, sendo necessário
585 comunicar o quanto antes o departamento de eventos devido à reserva de
586 hospedagem. **Encaminhamento:** A plenária aprova os nomes de Maria Ermínia
587 Ciliberti, Bruno Simões Gonçalves, Dário Henrique Teófilo Schezzi e do gestor Edgar
588 Rodrigues para participar das reuniões com os facilitadores do PE, o que pode ocorrer
589 à distância, por videoconferência. **IX) PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**
590 **DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS DE SOROCABA** – Elisa Zaneratto Rosa lê a
591 carta em que o Flamas – Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba manifesta apoio
592 ao processo de desinstitucionalização promovido pela Coordenação de Saúde Mental
593 da Secretaria de Saúde de Sorocaba, destinada ao Prefeito do Município de Sorocaba
594 – SP. Consulta o Plenário quanto ao interesse de subscrever esta carta e de viabilizar
595 financeiramente a participação do Flamas e de outros coletivos e movimentos da luta
596 antimanicomial na manifestação contra o Instituto Moriah, Secretaria Municipal de
597 Saúde e Prefeitura de Sorocaba e à favor da desinstitucionalização dos hospitais
598 psiquiátricos, que ocorrerá em 21 de outubro de 2014, custeando ônibus para
599 transportá-los. Considerações do Plenário: O contexto mudou. É necessário discutir
600 mais sobre o assunto em pauta, entender o que está ocorrendo em Sorocaba e
601 porque o CRP SP não participou desse processo. É delicado o plenário subscrever a
602 carta como está. Com relação ao apoio financeiro, este poderia ter seguido os trâmites
603 normais, conforme rege a Resolução de Apoios e Parcerias do CRP SP.
604 **Encaminhamentos:** O Plenário delibera apoiar, como apoio a movimento social, o
605 transporte dos movimentos sociais à manifestação do dia 21 de outubro de 2014, em
606 Sorocaba. Deve ser claro que não há apoio à gestão municipal. O plenário não aprova
607 a subscrição do CRP SP à carta do Flamas, todavia, o Núcleo de Saúde, através do



608 Subnúcleo de Saúde Mental, deverá preparar um Carta curta de apoio à
609 desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos de Sorocaba e pelo fim dos
610 manicômios. Além disso, incumbe os conselheiros Moacyr Miniussi Bertolino Neto e
611 Sergio Augusto Garcia Junior de preparar ponto de pauta para as próximas plenárias
612 no aspecto holístico do cenário manicomial estadual, tendo Sorocaba como vitrine. Em
613 paralelo, o CRP SP deverá se reunir com o Flamas para pensar em propostas de
614 encaminhamentos tais como: o que cabe ao CRP SP e o que cabe ao movimento
615 social. **X) AUTISMO** - Maria Ermínia Ciliberti relata que estão ocorrendo internações
616 de crianças autistas. Pondera que a situação é grave, pois muito em breve passarão a
617 internar crianças com paralisia cerebral também. Há leitos do Hospital Psiquiátrico
618 Pinel que estão sendo considerados para internação de deficientes e existe também
619 outra ala para internação de adolescentes usuários de drogas. Nesse sentido, sugere
620 que o CRP SP inicie a discussão e indique um colaborador para cuidar dessa
621 temática. Recorda que Joari Aparecido Soares de Carvalho tinha uma pessoa para
622 indicar. Ademais, contou que Teresa Cristina Lara de Moraes encaminhou o Relatório
623 de Participação em Atividades Externas referente à sua participação na Reunião
624 Extraordinária da Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde, que
625 debateu a audiência pública que abordará as políticas públicas para o Transtorno do
626 Espectro Autista. Essa audiência ocorrerá nos dias 25 e 26 de novembro. O objetivo
627 era construir posicionamento que será submetido à votação do Pleno do Conselho
628 Estadual de Saúde. Como as falas são restritas, foi solicitado que Teresa Cristina Lara
629 de Moraes participasse representando o CRP SP. Citou-se que na reunião com o
630 CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, realizada em junho, o CRP foi
631 demandado a trabalhar conjuntamente com esse Conselho o tema da infância.
632 **Encaminhamentos:** Os coordenadores dos Núcleos de Saúde, Educação,
633 Assistência Social e de Criança e Adolescente devem realizar reunião e pensar no
634 projeto de intervenção do CRP SP para a temática do autismo. A Comissão de
635 Orientação e Fiscalização também deve pensar como serão as fiscalizações nesses
636 casos de internação de autista. Designam, para cuidar do tema autismo no CRP SP,
637 Joari Aparecido Soares de Carvalho, considerando que Autismo está dentro do tema
638 Deficiência. Ele convidará Angela Godoy e Edgar Bittner (São Paulo) a comporem
639 junto essa discussão, que será articulada com os Núcleos citados anteriormente.
640 Registra-se a sugestão do plenário de incluir o tema autismo nas ações de
641 comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. **XI)**
642 **REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS E ENTIDADES – 11.1) Câmara Técnica de**
643 **Bioética do Cremesp** - A Comissão de Ética propõe que o conselheiro Luís Fernando
644 de Oliveira Saraiva seja o representante do CRP na Câmara Técnica de Bioética do
645 Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, substituindo a conselheira



646 Gabriela Gramkow nessa representação. Nesse momento, Maria Ermínia Ciliberti
647 sugere que o CRP defina um projeto de Bioética e, por enquanto, justifique ausência
648 na reunião. Para ela, somente após discutir o projeto é que deve ser indicado o
649 representante. **Encaminhamento:** Feitas as considerações pelos presentes, o
650 Plenário delibera que Luís Saraiva seja nomeado como representante do CRP SP
651 estritamente para acompanhar as discussões da Câmara Técnica de Bioética do
652 Cremesp. Ele deverá apresentar uma proposta de intervenção do CRP ao tema
653 Bioética nas próximas plenárias e retomar a discussão inicial já feita pela Comissão de
654 Ética. **XII) COMPOSIÇÕES E RECOMPOSIÇÕES DE NÚCLEOS – 13.1) Núcleo de**
655 **Saúde – Encaminhamento:** Foi homologada a inclusão dos seguintes nomes com
656 membros do Núcleo de Saúde: Augusto Sérgio Calille (CRP 06/8298), Priscila Rabelo
657 de Souza (CRP 06/101074), Renata Paparelli (CRP 06/47993), Rodrigo Fernando
658 Presotto (CRP 06/86342), e para colaborador, Ed Otsuka (CRP 06/73247). **12.2)**
659 **Subnúcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho - Encaminhamento:** O
660 plenário referenda a inclusão dos seguintes nomes como membros do Subnúcleo:
661 Ubiratan Nunes de Oliveira (CRP 06/12637), Edna Muniz de Souza (CRP 06/96133),
662 Felipe Maia Braga Hashimoto (CRP 06/85056), Rejane Galvão de Carvalho (CRP
663 06/54531), Ana Maria Rodrigues de Carvalho (CRP 06/8083), Thaisa Borin Seren
664 (CRP 06/69065), Fátima Aparecida Pighinelli Ázar (CRP 06/20712). Citou-se que
665 Gabriela Amanda da Silva (CRP 06/43425) encaminhou e-mail se oferecendo a
666 compor o núcleo e foi questionado à coordenação do Núcleo se foi feita avaliação do
667 nome desta psicóloga e se mantém a indicação para a composição. Sem resposta,
668 deliberou-se que na próxima plenária seja debatido o projeto para o funcionamento do
669 Subnúcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho. **XIII) CREDENCIAMENTO DE**
670 **SITE** - O plenário concedeu parecer favorável à obtenção de selo para o *site* com os
671 seguintes protocolos: 206516748 (CRP 06/105584), 406409828 (CRP 06/99515),
672 506817424 (CRP 06/49276), 6317383 (CRP 06/119247), 6617008 (CRP 06/76724),
673 6117105 (CRP 06/46333). Concedeu parecer desfavorável à obtenção de selo para o
674 site com os seguintes protocolos: 206817154 (CRP 06/75489), 306016975 (CRP
675 06/60596), 206817154 (CRP 06/75489), 806216886 (CRP 06/57525), 206116723
676 (CRP 06/92583). Não se aplica o pedido para obtenção de selo para os protocolos:
677 106017198 (CRP 06/111200), 606817243 (CRP 06/18981) e 406317251 (06/92499),
678 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **XIV) ASSUNTOS**
679 **REMETIDOS PARA AS PLENÁRIAS DE NOVEMBRO** - Não houve tempo para
680 discussão e deliberação dos pontos abaixo, que serão remetidos para discussão nas
681 plenárias de 07 e 08 de novembro de 2014: Fórum da Medicalização e o
682 Enfrentamento da Temática; Processos de Privatização das Instituições que
683 Respondem a Medidas de Privação de Liberdade (Sistema Penal e Sistema Sócio-



684 Educativo); Comissão de Ética, Composições e Recomposições de Núcleos (Núcleo
685 de Sexualidade e Gênero (NSG), Composição do Núcleo de Métodos e Técnicas,
686 Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização – NADM, Núcleo de Justiça e Núcleo
687 Mundo do Trabalho); Fórum Dos Conselhos de Atividade Fim da Saúde,
688 Representações em Órgãos E Entidades, GT Assuntos Financeiros e Psicologia e
689 Tecnologia de Informação e Comunicação à Distância (Resolução 11/12). Nada mais
690 havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da
691 qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz Fenerich, lavrei a presente Ata, que lida
692 e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, dezoito de outubro de
693 dois mil e quatorze.

Adriana Eiko Matsumoto

Camila de Freitas Teodoro

Elisa Zaneratto Rosa

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Gabriela Gramkow

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Guilherme Luz Fenerich

Lívia Gonsalves Toledo

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Maria Ermínia Ciliberti

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Regiane Aparecida Piva

Alacir Villa Valle Cruces

Sandra Elena Sposito

Bruno Simões Gonçalves

Sergio Augusto Garcia Junior